

**O PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
(PDT):
sua fundação e projeto político (1977-1980)**

**THE DEMOCRATIC LABOR PARTY (PDT):
its foundation and political project (1977-1980)**

MATHEUS DE OLIVEIRA GONÇALVES¹

Data em que o trabalho foi recebido: **23/09/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **18/10/2024**

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição (PPHR-UFRRJ). Bolsista CAPES. Contato: ogmatheus@hotmail.com

O PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT):

sua fundação e projeto político (1977-1980)

RESUMO

No presente artigo, objetiva-se abordar o projeto político-partidário encabeçado por Leonel Brizola, a partir de 1977, que tinha por meta a fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e as ações adotadas para esse fim. Assim sendo, o trabalho será dividido em quatro partes, além de uma introdução e conclusão. Na primeira, serão tratadas as articulações, realizadas no Brasil e no exterior, sob a liderança de Brizola, com o objetivo de se fundar o citado partido. Em seguida, faremos uma análise dos documentos fundadores dessa agremiação, visando apresentar em linhas gerais as principais bandeiras por ela empunhadas. Na terceira seção, abordaremos brevemente o simbolismo que marca o retorno de Brizola ao Brasil no pós-anistia e a posição por ele assumida de herdeiro do legado de Vargas e João Goulart. Por fim, falaremos sobre a disputa travada entre os grupos de Leonel Brizola e Ivete Vargas pela posse da sigla histórica PTB, que fora vencida pela sobrinha-neta de Getúlio, levando os brizolistas a criarem uma nova sigla, Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980.

Palavras-chave: Partido Democrático Trabalhista (PDT). Trabalhismo. Leonel Brizola. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

THE DEMOCRATIC LABOR PARTY (PDT): its foundation and political project (1977-1980)

ABSTRACT

In this article, we aim to address the political-party project led by Leonel Brizola, starting in 1977, which aimed to establish a new Brazilian Labor Party (PTB) and the actions taken for this purpose. Therefore, the work will be divided into four parts, in addition to introduction and conclusion. The first part will discuss the articulations made in Brazil and abroad under Brizola's leadership, to found the aforementioned party. Next, we will analyze the founding documents of this association, aiming to present in broad terms the main causes it defends. In the third section, we will briefly address the symbolism that marks Brizola's return to Brazil after the amnesty and his position as the heir to the legacy of Vargas and João Goulart. Finally, we will discuss the dispute between Leonel Brizola's groups and Ivete Vargas for the possession of the historic PTB acronym, it was won by Getúlio's grandniece, leading the Brizola's followers to create a new acronym, Democratic Labor Party (PDT), in 1980.

Keywords : Democratic Labor Party (PDT). Laborism. Leonel Brizola. Brazilian Labor Party (PTB).

INTRODUÇÃO

Inventado durante o Estado Novo, o Trabalhismo ocupara nas décadas seguintes uma posição de destaque na política brasileira, não sem passar por modificações e adaptações aos diferentes contextos pelos quais atravessou, segundo Gomes (2016). Assim sendo, ao olharmos para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre os finais da década de 1950 e início da de 1960, encontramos uma agremiação que adotara um ambicioso programa reformista que ganhou a adesão de importantes segmentos sociais, sendo esta uma das plataformas responsáveis pela intensa mobilização popular ocorrida no período. Dela, participaram movimentos sociais diversos, englobando estudantes, trabalhadores urbanos e rurais, subalternos das Forças Armadas, assim como partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o próprio PTB, que juntos se uniram pela realização das reformas. Nesse sentido, o partido trabalhista, em aliança com o movimento popular, integrou o que René Armand Dreifuss (1981) chamou de bloco “nacional-reformista”, lutando pela realização das Reformas de Base, que contrariavam frontalmente os interesses do “bloco multinacional e associado”. Este, defendendo seus interesses de classe, promoveu um golpe empresarial-militar para, entre outras coisas, suprimir o movimento de massa e impedir a realização das referidas reformas.

No contexto imediatamente posterior ao golpe, foi desencadeada uma dura repressão, dentro da chamada Operação Limpeza, contra as forças identificadas com o Nacionalismo Reformista e com o governo deposto, sendo o PTB um de seus alvos em um primeiro momento (ALVES, 1984). Sobre esta agremiação, Maria Celina D’Araújo (1996) identifica que ela fora a mais atingida pela violência dos golpistas, perdendo o governo e ficando em primeiro lugar no número de cassações de mandatos. E vale destacar que, como notam Brandalise e Harres (2016), a repressão não atingiu somente os políticos profissionais e lideranças mais combativas, alcançando também a militância de base, ou seja, simples filiados ou associados ao PTB.

Apesar de as medidas empreendidas pela ditadura terem atingido fortemente o Partido Trabalhista, a sigla mesmo mutilada ainda teria mais alguns meses de vida, até que em outubro de 1965 decretou-se o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Através deste, o regime ditatorial que então se institucionalizava estabeleceu, entre outras coisas, um

sistema bipartidário e a extinção de todos os partidos existentes. Nesse contexto, criou-se, então, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de perfil situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, que abrigou boa parte dos trabalhistas que ainda detinham seus direitos políticos (D'ARAUJO, 1996). Entretanto, essas pessoas teriam muitas dificuldades em levantar a bandeira do antigo PTB, pois, como relatara Brizola, “Se alguém ousasse proclamar-se trabalhista, defender os princípios da ‘Carta Testamento’ de Getúlio Vargas [,] o governo de João Goulart e outros líderes exilados, correria o risco da proscricção, como de fato ocorreu, inúmeras vezes” (BRIZOLA; BANDEIRA, 1979, p. 185). Essas bandeiras, no entanto, seriam erguidas novamente – com modificações – ainda durante a ditadura, porém, em um contexto específico de transição política.

Em fins da década de 1970, quando a ditadura empreendia uma política de dinamização e ampliação dos espaços da política institucional, levando a cabo uma política de descompressão (MACIEL, 2004), Leonel Brizola tomou a frente de um movimento que visava fundar um novo PTB e novamente inserir tal sigla na política brasileira. Este empreendimento iniciou-se em 1977 e passou por alguns caminhos e descaminhos, até culminar na fundação de um novo Partido Trabalhista, em 1980, que recebera o nome de Partido Democrático Trabalhista (PDT). E será justamente sobre este processo que nos debruçaremos nas próximas páginas, buscando compreender como se deu a fundação do PDT e quais foram as bandeiras empunhadas por esta agremiação.

COM A TRANSIÇÃO EM CURSO NO BRASIL, UMA MISSÃO: FUNDAR O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Segundo o relato do trabalhista histórico José Gomes Talarico, mesmo com a ditadura brasileira e o exílio de diversos petebistas, “o trabalhismo se manteve” (TALARICO; FREIRE, 1998, p. 300). Sob a liderança de Jango, parte dos antigos trabalhistas mantiveram contatos entre si, havendo, inclusive, encontros frequentes com o ex-presidente no exílio. De um modo geral, existia entre as antigas lideranças petebistas a “expectativa do ressurgimento do PTB” (TALARICO; FREIRE, 1998, p. 315), quando as condições no Brasil o permitissem. E essa aspiração só ganhou corpo a partir de 1977.

Daí em diante, Leonel Brizola, na condição de maior liderança viva do trabalhismo – função que lhe foi delegada pelos próprios trabalhistas após a morte de Jango (TALARICO; FREIRE, 1998) –, iniciou uma movimentação que tinha por objetivo fundar um novo PTB. E tal iniciativa se materializou em uma série de ações levadas a cabo pelo ex-governador gaúcho e seus colaboradores.

O ponto de partida, como dissemos, é 1977. Em setembro deste ano, Brizola, que se encontrava na condição de exilado em terras uruguaias desde 1964, é expulso do país pela ditadura local. E, com tal ato, como avalia Moniz Bandeira (1979, p. 105), “O Governo do Uruguai [...] abriu-lhe as portas do mundo [...], reintegrando-o, por mais paradoxal que isto pareça, na política brasileira”. Saindo do país sul-americano, o político vai para os EUA e, após rápida estadia em Nova Iorque, rumo para Portugal. Contando com o apoio e solidariedade do então primeiro-ministro lusitano, Mário Soares, e de seu partido, o Partido Socialista (PS), Brizola recebe um passaporte português e vai direto para Lisboa. Desembarca em janeiro de 1978 e estabelece ali uma espécie de base para o projeto de criação do novo PTB (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015).

Interessa pontuar que a escolha pela Europa não fora casual, mas, sim, fruto de um cálculo político. Segundo Brigagão e Ribeiro (2015), Brizola foi ao continente buscando estabelecer um canal de diálogo com os partidos de centro-esquerda da região para, a partir daí, obter seu apoio para o projeto de criação do Partido Trabalhista. Isso, de fato, ocorreu, mas não ficou por aí. Por conta de uma série de contatos estabelecidos em terras europeias, com partidos e personalidades políticas do Velho Continente ligados à Internacional Socialista (IS), assim como com brasileiros de diversas origens e filiações políticas – sobretudo exilados –, o projeto trabalhista passou por um processo de reinvenção. E, como aponta Fernandes (2020, p. 98), “Reinventar, aqui, tem um sentido de se renovar, atualizar-se aos novos tempos sem com isso abandonar as raízes”. Desse modo, operou-se, ali, “um importante intercâmbio de ideias, tendo no horizonte a aproximação entre o trabalhismo e a social-democracia europeia” (FERNANDES, 2020, p. 28)

Leonel Brizola, em fins da década de 1970, expressava a ideia de que: “o PTB ocupava no Brasil o espaço político que corresponderia a um partido social-democrata ou socialista democrático [europeu]. É natural, portanto, que procuremos conhecer-nos,

trocar informações” (BRIZOLA; BANDEIRA, 1979, p. 194-195). E foi com esse pensamento que o político gaúcho justificou a sua aproximação com a IS, processo este que teve em Mário Soares um importante fiador, visto que o português fora “o principal [...] apoiador e articulador da entrada do trabalhismo brasileiro na ‘cadeira ainda vazia’ da Internacional Socialista” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2020, p. 52).

O ex-governador, como o líder nacional de um partido em fase de organização, fora recebido oficialmente pela IS cerca de um mês após sua chegada à Europa, em fevereiro de 1978. A partir daí, até seu retorno ao Brasil, em setembro de 1979, percorreria todo o continente, participando de reuniões e eventos oficiais promovidos pela Internacional e/ou por partidos a ela filiados. Nesse percurso, foram estabelecidos importantes contatos com agremiações e líderes europeus de destaque em seus países, como François Mitterrand, Olof Palme, Felipe González e Willy Brandt (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2020). A presença de Brizola como líder do PTB, sendo o único representante do Brasil a ter assento na IS, teve um enorme significado político. Ali, sua liderança e seu projeto, eram reforçados e legitimados, pois ganhavam reconhecimento de uma organização internacional influente e de seus líderes. Além disso, a presença do brasileiro na Internacional servia para conferir-lhe uma imagem de “democrata vocacionado para questões sociais, sem comprometimento [...] com o marxismo ou com teses revolucionárias” (SENTO-SÉ, 1999, p. 72).

Na Internacional Socialista, o gaúcho teve a oportunidade de participar de uma intensa troca de informações e experiências, que tiveram impacto sobre o próprio projeto político do novo PTB em fase de gestação. Leonel Brizola, com o passar do tempo, foi se aproximando, ideologicamente, da social-democracia europeia, coisa que acabou repercutindo nas próprias pautas encampadas pelo novo partido trabalhista. Um exemplo disso, foi a adoção, pelo PTB – e, posteriormente, pelo PDT – do socialismo democrático, que, em síntese, dizia respeito a uma humanização do capitalismo e a promoção do bem-estar social, através de medidas legais e democráticas de caráter reformista (MARQUES, 2016).

Pois bem, se a o contato estabelecido com a IS trouxe novidades ao projeto que estamos acompanhando, o mesmo pode ser dito em relação ao intenso debate estabelecido internamente, entre o grupo diverso de brasileiros, exilados ou não, que foram se

integrando ao partido, dando-lhe um caráter plural. Aliás, essa pluralidade interna já estava nos planos de Brizola quando de sua chegada à Europa. Ele entendia que o PTB deveria ser “um partido de massas” e, como tal,

deve congregiar todas as correntes do movimento popular, respeitando-se a liberdade de tendência. O PTB [...] pode e deve abrigar [...] não só os que tem origem getulista e trabalhista, mas também cristãos de esquerda, socialistas, fabianos etc., desde que aceitem a sua doutrina e o seu programa (BRIZOLA; BANDEIRA, 1979, p. 188-189).

Foi como base nessa ideia, que se aproxima à noção de uma frente de esquerdas, que o ex-governador procurou estabelecer contatos com brasileiros de gerações, origens e filiações políticas diversas, de modo a trazê-los para dentro do partido. Nesse sentido, o projeto foi sendo integrado não apenas por trabalhistas históricos, mas também por uma “miríade de militantes e agrupamentos políticos”, como, por exemplo, “socialistas, oriundos do PSB² e de outras tradições, trotskistas [...], militantes do movimento estudantil e da luta armada, brizolistas e, depois, prestistas e comunistas advindos do PCB” (COSTA, 2012, p. 135). E foi a partir da convivência e do debate entre pessoas tão diversas que o projeto trabalhista foi incorporando novas pautas, reinventando-se.

Na Europa, Brizola buscou se aproximar de um grupo de jovens que, após o golpe de 1964, ingressaram na luta armada, mas que, em fins dos anos de 1970, se encontravam na condição de exilados em solo europeu. A ideia era trazê-los ao partido trabalhista, pois o gaúcho queria “mobilizar os contingentes históricos do trabalhismo entre a nova geração e setores da esquerda que pudessem discutir [...] a ideia de ressurgimento do trabalhismo” (BRIZOLA, 1979b, p. 5). Nesse empreendimento, o PTB foi ganhando adesões de pessoas mais jovens, de outra geração, sem filiação histórica ao trabalhismo e originárias de organizações revolucionárias, como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ação Libertadora Nacional (ALN), que foram importantes para que novas pautas e ideias se incorporassem ao trabalhismo (FERNANDES, 2020).

Sendo assim, foram realizadas várias reuniões, a princípio informais e com pequenos grupos, que evoluíram para grandes encontros com dia e hora marcada, que

² Faz-se referência aqui ao antigo Partido Socialista Brasileiro que, fundado em 1947, existiu até 1965, ao ser extinto pelo segundo Ato Institucional (AI-2).

receberam o nome de *Cabildos Abiertos*. Esses encontros, realizados em Lisboa, reuniram quase toda a esquerda residente na Europa e, também, antigos trabalhistas que para lá se dirigiram em caravanas, havendo entre eles um interesse mútuo em “atualizar o trabalhismo aos novos tempos” (FERNANDES, 2020, p. 29). Ali tudo era debatido de forma exaustiva, e entre os temas, estavam “a política brasileira, o exílio, a volta com a anistia” e “os novos compromissos do trabalhismo que o próprio Brizola estimulava.” E,

Com o andar das dezenas de *Cabildos Abiertos*, começava a ter forma a convergência do trabalhismo pré-1964 [...] com a esquerda que se formava pelo grupo da luta armada [...] e por independentes da esquerda democrática. Nessa mirabolante construção aberta, confluía o trabalhismo para o novo projeto político partidário, que começou a ser chamado de “caminho brasileiro para o socialismo democrático” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 65-66).

Com o passar do tempo, o grupo trabalhista foi se ampliando, ao mesmo tempo em que o processo de transição se encaminhava no Brasil. Nesse contexto, segundo Brigagão e Ribeiro (2015), Brizola e seus colaboradores consideraram importante instalar o partido no Brasil. Desse entendimento resultou a fundação, no Rio de Janeiro, da Comissão Provisória Organizadora do PTB, presidida por Doutel de Andrade, e composta, a princípio, por trabalhistas históricos e pessoas com alguma ligação com o antigo partido e/ou com movimentos populares dos anos 1950 e 1960, como sargentos e alguns ex-ministros de Jango. Dessa forma, a capital fluminense seria o centro de mobilização do partido no Brasil. Contudo, os trabalhos não ficariam restritos ao RJ. No Rio Grande do Sul, reduto histórico trabalhista, foi organizado, sob a orientação de Brizola, um outro grupo composto por ex-petebistas e pela ala trabalhista do MDB, com o objetivo de “acionar o esquema do forte e tradicional PTB gaúcho” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 75).

Assim, entre janeiro e março de 1979, as seções do RJ e RS do PTB organizaram, no Brasil, uma série de encontros para estudar e debater sobre a organização a nível nacional do partido, sua estrutura e seu programa político. Tais encontros receberam o nome de Encontros Trabalhistas, e culminaram no Encontro entre Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio, também chamado de Encontro de Lisboa, que representou simbolicamente a fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro sob a liderança do ex-governador gaúcho (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015).

Entre 15 e 17 de junho de 1979, realizou-se na sede do PS de Portugal o Encontro de Lisboa. Esse evento reuniu aproximadamente cento e quarenta pessoas empenhadas na fundação do partido e contou, também, com a presença de diversos partidos filiados à Internacional Socialista, que participaram como observadores, assim como outras agremiações de África e América Latina. Ao longo de três dias, debateu-se sobre a realidade brasileira e internacional, e a respeito dos rumos do trabalhismo e o seu programa político. Ao final, fora lançada a “Carta de Lisboa”, um documento cujo conteúdo serviria de plataforma política do novo partido e orientaria os trabalhos posteriores, tendo enorme influência no próprio programa adotado pelo PDT no ano seguinte (FERNANDES, 2020). E isso se torna evidente ao analisarmos, de maneira comparativa, a “Carta” e os documentos lançados pelo Partido Democrático Trabalhista no momento de sua fundação, em 1980, tais como seu “Manifesto” e “Programa”, como faremos a seguir.

O PROJETO POLÍTICO DO PDT: UMA ANÁLISE DE SEUS DOCUMENTOS FUNDADORES

Para analisarmos, em linhas gerais, o programa político encampado por esse novo partido, recorreremos, sobretudo, aos três documentos citados: “Carta de Lisboa”; “Manifesto”; e “Programa”. A primeira fora lançada em 1979, quando o partido em formação ainda se autodenominava PTB. Já os dois últimos são de 1980, quando, após uma atalha judicial, o grupo brizolista perde a sigla histórica, adotando PDT em seu lugar. Em nosso esforço, ao invés de fazermos uma análise individual de cada um deles, optamos por analisá-los em conjunto, como partes de um todo. Tal escolha metodológica se justifica pelo fato de que seus conteúdos apresentam enorme semelhança, deixando claro que expressam o mesmo conjunto de propostas e ideias, o que, em nossa interpretação, evidencia uma clara linha de continuidade entre o PTB do Encontro de Lisboa e o PDT.

Por fim, analisaremos ainda, como um complemento, a “Carta de Mendes”, lançada em início de 1983, que traz informações relevantes acerca do “socialismo” defendido pelo PDT. Por meio dela, e dos demais, poderemos ter um entendimento

melhor sobre como o partido buscou se apresentar à sociedade brasileira em seus momentos iniciais.

Em primeiro lugar, é importante colocar que o partido nasce reivindicando uma ligação com o passado, representado pelo getulismo e pelo reformismo petebista dos anos 50 e 60. Dizendo inspirar-se nas “grandes lutas históricas do trabalhismo” e na “Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas” (PDT, 1980a, p. 1), o novo partido se apresenta como o continuador direto e legítimo do antigo PTB, clamando para si o mesmo papel que o velho partido trabalhista ocupara na política brasileira, entre 1945-1964, e que, agora, deveria ser retomado: “O grande desafio com que nós [...] nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político [...] para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos” (PDT, 1979, n.p.). Logo, o PDT deixa claro que uma de suas tarefas é justamente a retomada “daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro” (PDT, 1979, n.p.), fazendo uma clara referência às Reformas de Base. Nesse sentido, é possível perceber que essa filiação ao passado acabou dando um significado, uma legitimação, à existência do partido, que surge como o continuador de um ambicioso projeto reformista, que só não foi adiante, pois fora impedido por um golpe de Estado.

À vista disso, o PDT surge propondo “um projeto alternativo de sociedade para o Brasil” e a “transformação das estruturas econômicas e sociais no sentido do desenvolvimento harmônico e independente [do país]” (PDT, 1980a, p. 1-2). E uma coisa que chama atenção nesse projeto, é a centralidade conferida ao povo brasileiro e à questão social, que se encontram imbricados nas principais propostas da agremiação, que sempre se orientam no sentido de atender as necessidades do povo, sobretudo da parcela oprimida e marginalizada.

O PDT parte do princípio de que seu “compromisso supremo [...] é com a integridade e defesa da Nação [...], considerada o conjunto do nosso povo”, que é “a maior riqueza e fonte de afirmação do Brasil.” E, baseando-se nesse entendimento, proclama que, para que a nação prospere e se desenvolva, é primordial cuidar de seu povo, que, “tendo acesso ao saber e a cultura, condições de vida e saúde, um ambiente de liberdade e justiça, [...] transformará o nosso país, rapidamente, em uma grande Nação” (PDT,

1980a, p. 2). Ou seja, é preciso garantir aos brasileiros e brasileiras o atendimento às suas necessidades básicas para que o país se transforme e se engrandeça. Desse modo, os trabalhistas afirmam ser urgente a promoção de uma verdadeira campanha de “salvação nacional”, capaz de “dar solução [...] ao problema máximo de nossa Pátria, que é a marginalidade”. Marginalidade esta que atinge de maneira mais violenta “quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária” (PDT, 1979, n. p.). E as questões referentes à essas categorias, vale dizer, estão entre os “Compromissos Prioritários” assumidos pelo PDT, ocupando posição de destaque em seu “Programa” (PDT, 1980b, p. 1-2), o que atesta a importância que ocupam em seu projeto político.

Os quatro segmentos sociais são: as crianças e jovens que se encontram abandonados e desassistidos pelo Estado; as populações negras e indígenas “que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica”; a mulher, “que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora” (PDT, 1979, n.p.); e, por último, vem os trabalhadores das grandes majorias populares, que “vivem em diversos níveis de pobreza, de marginalidade” (PDT, 1980b, p.1). E, dentre estes são citados os do Norte e Nordeste, que sofrem com “um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal” (PDT, 1979, n.p.).

Não é sem motivo, portanto, que os trabalhistas proclamam que seu partido “tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados” (PDT, 1979, n.p.). E tais informações tornam evidente que, embora reivindicando-se como a continuidade em relação ao antigo PTB, o novo partido não se volta apenas para os trabalhadores, como seu considerado “antecessor” o fizera, incluindo, também, outros segmentos da sociedade que, de alguma forma, enfrentam outros tipos de opressão, além da puramente econômica. Por conseguinte, é um projeto político mais abrangente, que engloba um amplo arco social e, por isso concordamos com Sento-Sé (1999, p. 158), que o define como incorporador, pois “interpela as barreiras impostas aos negros, às mulheres, às populações indígenas de se incorporarem afirmativamente no debate público pautado e controlado por um *ethos* burguês, branco, masculino e colonizado”. E foi justamente através desse perfil incorporador que o PDT, afinado com as questões que começavam a ganhar força em algumas partes do mundo,

introduziu novas abordagens, ainda não predominantes no pensamento e nas práticas políticas das esquerdas brasileiras. Ultrapassando a ação política classista, o PDT expressou as demandas de movimentos alternativos que explodiam na Europa e nos EUA, em crescimento também no Brasil (COSTA, 2012, p. 138-139).

Dando grande ênfase ao povo brasileiro, a questão social se encontra intimamente vinculada a um outro tema relevante para o projeto aqui abordado: o econômico. Isso é perceptível no “Programa”, onde a sigla defende a necessidade de se elaborar um “plano de desenvolvimento nacional de modo a promover a emancipação econômica do país, assegurando [ao mesmo tempo] [...] a satisfação prioritária das necessidades básicas do povo brasileiro” (PDT, 1980b, p. 3). E é com esse sentido que são feitos alguns apontamentos, apresentando medidas indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do país. Por exemplo, defende-se a necessidade da disciplinarização do “capital estrangeiro cuja entrada, aplicação, presença, remuneração e retorno devem ser rigorosamente disciplinados e controlados, subordinando-os aos interesses do povo brasileiro” (PDT, 1980a, p. 7). E, ao lado desta, aparecem outras, como: “Combate à inflação através de uma política de austeridade que [...] incida sobre [...] os lucros exorbitantes do grande capital” e não sobre as classes populares; “Democratização do uso e posse da terra através de uma reforma agrária”; “orientação da produção industrial e agrícola, prioritariamente, para a satisfação das necessidades populares” (PDT, 1980b, p. 4).

Logo, em nossa interpretação, trabalhismo pedetista, em sua política econômica, faz a defesa de um Estado nacionalista e intervencionista que, dotado de um forte conteúdo social, seja capaz de levar a cabo uma política econômica que, rompendo com a dependência externa, promova o desenvolvimento independente da economia, garantindo a soberania nacional e o atendimento às necessidades básicas do povo brasileiro, dando-lhe condições mais dignas de vida. E isso, para os pedetistas, seria um tipo de socialismo.

Ao abordar o projeto político do PDT, não se pode deixar de falar do conceito de socialismo, tal como fora utilizado pelo partido. É bem verdade que nunca houve uma definição muito clara a respeito do que exatamente seria esse socialismo, como demonstrou Sento-Sé (2004). Porém, durante os anos de 1980, os trabalhistas definiram-se como socialistas, utilizando a alcunha “socialismo moreno” para nomear a sua

ideologia (SOARES; SILVA, 1980, p. 256-257), que tornar-se-ia uma máxima no PDT, sendo repetido diversas vezes por dirigentes e militantes.

A princípio, é importante considerar que o partido trabalhista, ainda em 1979, adotou a premissa de que sua proposta política deveria ser “despida de soluções importadas” (PDT, 1979, n.p.); e esse entendimento guarda íntima relação com sua visão acerca do socialismo. Isso porque, o PDT, ao adotar o ideal socialista, o fez rejeitando os modelos europeus – marxistas ou não –, considerados eurocêntricos e, portanto, não adequados à realidade brasileira. Seu objetivo era encontrar e adotar um socialismo tipicamente brasileiro, adaptado à realidade e aos problemas locais (COSTA, 2011). E foi com esse sentido que Darcy Ribeiro, no começo dos anos de 1980, criou o termo “socialismo moreno” para designar a ideologia do PDT (SENTO-SÉ, 2004; SOARES; SILVA, 1980), que seria um socialismo surgido “da nossa história, com a nossa carne e com a nossa cor, morena” (RIBEIRO, 1984, p. 11 *apud* FERNANDES, 2020, p. 69). E o “moreno”, aqui, aparece como uma forma de demonstrar a brasilidade do projeto, a sua originalidade frente aos outros tipos de socialismo, ressaltando que era local, mestiço, tal qual o povo brasileiro.

Além de realçar que o seu socialismo era tipicamente local, o PDT buscava evidenciar, também, que ele era essencialmente democrático, tendo como pressuposto o pleno funcionamento da democracia política. Tomemos como exemplo o documento intitulado “Carta de Mendes”, lançado em janeiro de 1983 no município fluminense de Mendes. Através dele, a sigla afirma que “O nosso Socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil”, estando o socialismo “indissolúvelmente ligado ao conceito de liberdade [...], expressando um Estado de Direito democrático e de profundo conteúdo social. [...] O PDT não luta pela tomada do poder. O seu propósito é ascender ao poder” (PDT, 1983, n.p.).

Nesse sentido, à vista do que fora apresentado, pode-se considerar que o chamado novo trabalhismo surge com um projeto político voltado essencialmente para o povo, que ocupa lugar central em suas propostas. O PDT com o seu conjunto de proposições, que recebera o nome de “socialismo moreno”, expressa uma tentativa de, por meio de profundas reformas estruturais, a serem promovidas por vias legais e democráticas, dotar o Estado brasileiro de forte conteúdo social, voltando-o para o atendimento das

necessidades básicas da população, de modo a atenuar os impactos negativos do sistema capitalista sobre a grande maioria; dando atenção prioritária aos marginalizados. Como dissera Darcy Ribeiro, “A posição socialista é a posição dos que querem passar o Brasil a limpo, no sentido de fazer com que o Brasil se torne habitável, para que todos os brasileiros tenham mínimos indispensáveis” (RIBEIRO, 1984, p. 11 *apud* FERNANDES, 2020, p. 69). Dessa maneira, o socialismo, para eles, nada mais era do que uma “humanização” – se assim podemos dizer – do capitalismo, não possuindo qualquer conotação revolucionária. Os pedetistas queriam reformas, não uma revolução. Era, portanto, algo que guardava certa semelhança com a social-democracia europeia e com o que defendia o antigo PTB.

O RETORNO DE BRIZOLA AO BRASIL E A ESCOLHA PELO RIO DE JANEIRO

Realizado o Encontro de Lisboa, os trabalhos em solo brasileiro pela organização do PTB prosseguiram sem a presença de Brizola, que só retorna ao país em setembro, após a promulgação da Anistia. E o seu regresso foi marcado por um forte simbolismo.

Enquanto muitos exilados optavam por retornar ao solo brasileiro via Rio ou São Paulo, com Brizola foi diferente. Em um feriado de sete de setembro, dia da Independência, o político trabalhista retorna pelo Rio Grande do Sul, indo direto para São Borja, e faz no cemitério local, em frente aos túmulos de Getúlio e Jango, seu primeiro pronunciamento em terras brasileiras após o exílio. Aos jornalistas e simpatizantes ali reunidos, o ex-governador, se apresentando como uma liderança do trabalhismo, diz que no momento a sua tarefa, “tão rapidamente possível, é assimilar as novas realidades para ser útil à nossa causa [trabalhista].” Em sequência, após declarar que está ali para “reverenciar a memória de Vargas”, afirma que o trabalhismo permanece atual, fazendo, possivelmente, uma referência ao seu próprio projeto de reviver o PTB, no sentido de legitimá-lo perante a sociedade brasileira. E isso é feito através da obra e pensamento de Getúlio, que, para Brizola, “não são apenas elementos da História, questões superadas ou, simplesmente, um passado que nada tem a ver com os nossos dias, muito menos com o futuro”, afinal, “estão na memória de nosso povo” (BRIZOLA, 1979a, p. 3).

Sobre o referido ato, Sento-Sé (1999) faz uma análise bastante pertinente, chamando atenção para o simbolismo que o cerca. Para o autor, Brizola foi para o local reiterar a sua posição de herdeiro, de sucessor legítimo de Vargas e Jango, legitimando a si mesmo como a maior liderança viva do trabalhismo. E, nas considerações do autor,

Este parece ser o caso [...] de uma transmigração do carisma. Vargas passara a Goulart o comando do PTB e o legado trabalhista, ainda em vida. Brizola vai ao túmulo de Vargas colher este mesmo legado. Resgatar sua contemporaneidade, confirmar sua fidelidade à causa por ele representada no passado e garantir-lhe a realização futura. Assumindo para si a missão de dar-lhe prosseguimento. [...] retomar o fio da história violentamente interrompida [pelo golpe de 1964] (SENTO-SÉ, 1999, p. 83).

A partir de então, Brizola, ao assumir a tarefa de retomar o “fio da história”, acaba, de certa forma, ganhando um segundo corpo, segundo Sento-Sé. Isso porque, daí em diante, sua figura não é mais a de um líder trabalhista, apenas. Brizola torna-se a própria encarnação do trabalhismo, visto que “A posse do ‘bastão’, a celebração ao pé do túmulo de Vargas e Jango, revestem-no do [...] legado trabalhista” (SENTO-SÉ, 1999, p. 84).

Depois de todo o ritual em São Borja, o ex-governador parte para o Rio de Janeiro, fazendo da capital fluminense a sua base para reorganizar o PTB a nível nacional. E tal escolha teve seus motivos. É possível dizer que a opção pelo Rio se deu, sobretudo, por duas ordens de fatores. Nas palavras do próprio líder trabalhista: “Escolhi o Rio [...] por uma tendência natural, pela minha vinculação e pela posição centralizada do Rio em relação ao Brasil”. Ainda, sobre a cidade, Brizola afirma acreditar que ela iria ocupar, nos próximos anos, “um papel cada vez maior na vida política do país [...] pelo seu peso eleitoral, pela presença de quadros políticos, [e] dos meios de comunicação” (BRIZOLA, 1979b, p. 9). Ou seja, por um lado, Brizola escolheu a cidade por já possuir uma ligação pregressa, quando, em 1962, fora eleito deputado federal pela Guanabara, obtendo um número recorde de votos (SKIDMORE, p. 1988). E, por outro, por conta da posição central ocupada pela cidade a nível nacional. Nesse sentido, é possível considerar que o Rio de Janeiro, sendo uma cidade com projeção nacional, poderia contribuir para dar maior peso e visibilidade ao projeto de estruturar nacionalmente o partido trabalhista, além, é claro, de beneficiar a própria figura de Brizola como liderança política, dando a

ambos uma grande visibilidade, que talvez não tivessem em outros lugares, como no Rio Grande do Sul, seu estado natal e forte reduto trabalhista.

DISPUTA E PERDA DA SIGLA: O NASCIMENTO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)

Como se viu, o Rio de Janeiro ocupou uma posição importante na estruturação do Partido Trabalhista desde antes do retorno de Brizola ao Brasil, com a fundação da Comissão Provisória Organizadora do PTB no pré-anistia. E seria na capital fluminense que os brizolistas, após a anistia e reforma partidária, ambas de 1979, receberiam um duro golpe, que tivera um impacto não desprezível sobre o futuro da agremiação.

Desde fins da década de 1970, de forma paralela à formação do grupo brizolista, um outro foi se formando em São Paulo, sob a liderança de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio, e líder da seção paulista do antigo PTB com uma trajetória conservadora na política, “que colaborara sempre com a ditadura” (REIS, 2014, p. 137). Segundo o depoimento de José Gomes Talarico (TALARICO; FREIRE, 1998), após a morte de Jango, em 1976, Ivete deu início a um projeto próprio para fundar um PTB, contando com a anuência do governo brasileiro, representado na figura de Golbery do Couto e Silva, seu amigo pessoal. Em um primeiro momento, em 1978, a sobrinha-neta de Getúlio teria procurado Brizola com a finalidade de atraí-lo para o seu projeto, chegando a ter reuniões com ele em Nova Iorque. Porém, o ex-governador não aceitou, havendo, a partir daí, dois grupos nadando em raias separadas e com projetos distintos empenhados em fundar o partido.

Irreconciliáveis, ambas as partes se articularam simultaneamente para fundar um Partido Trabalhista Brasileiro e, em sua disputa pela posse da legenda histórica, foram até as últimas consequências no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que em 1980 a concedera para o grupo de Ivete Vargas, saindo “Brizola, conseqüentemente, prejudicado”. (FLEISCHER, 1988, p. 131). Sobre esse acontecimento, os brizolistas o viram como fruto de uma movimentação de pessoas ligadas à ditadura, como “Golbery do Couto e Silva” e “Francisco Dornelles” (TALARICO; FREIRE, 1998, p. 320-321) que não desejavam o surgimento de um novo PTB com um perfil popular, socialista e sob a liderança de

Brizola, como fora dito à imprensa na ocasião (COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA, 1980, p. 4).

A despeito de a interpretação do grupo derrotado estar carregada de emoções, ela não nos parece totalmente descolada da realidade. Em primeiro lugar, o periódico notoriamente conservador “Folha de São Paulo” publicou em outubro de 1978 – portanto, quase dois anos antes de a disputa ser resolvida pelo TSE, e justamente no ano em que Ivete e Brizola tiveram contatos – uma matéria um tanto instigante sobre a contenda entre brizolistas e ivetistas. Segundo o jornal, “basicamente, duas concepções estão em jogo [no interior do movimento trabalhista], uma almejando a reconstrução de um partido em moldes populistas e do tipo fisiológico, e outra, com uma concepção socialista.” Após essa referência ao grupo de Ivete e Brizola, respectivamente, a “Folha” prossegue, informando que, de maneira velada, “Golberi [sic] do Couto e Silva, participa deste jogo de xadrez político”. E “O objetivo fundamental do general [...] é impedir de todas as formas possíveis o surgimento de um partido trabalhista com um programa socialista, que consiga a união dos setores de esquerda”. E nesse empreendimento, “Golberi [sic] tem na ex-deputada Ivete Vargas [...] uma aliada” (M.A.J., 1978, p. 5).

A citada notícia não representa uma prova concreta do envolvimento da ditadura no assunto, no entanto, fornece um elemento que nos leva a suspeitar de uma interferência direta do regime, ainda mais se considerarmos a imagem que ainda se tinha no período acerca de Leonel Brizola e da atuação petebista nos anos de 1960, assim como o que parte da literatura acadêmica diz sobre a contenda³. Como coloca João Trajano Sento-Sé

³ Nos chama atenção o fato de que acadêmicos de diferentes filiações teóricas indicam ter havido algum envolvimento da ditadura na disputa. Um deles é o cientista político estadunidense David Fleischer (1988, p. 113), ao apontar que na disputa pela sigla, o TSE tomou uma “decisão política”. Mais adiante, o mesmo (1988, p. 154) diz ter havido uma “preocupação do governo com a possibilidade do grupo brizolista poder mobilizar um novo trabalhismo independente e não-fisiológico com a sigla do PTB.” Em uma linha semelhante, um outro norte-americano faz considerações parecidas. Thomas Skidmore (1988, p. 429) diz que autoridades eleitorais, “provavelmente, por sugestão do governo” deram a sigla para Ivete, uma figura política secundária, apesar do favoritismo e maior identificação de Brizola com a sigla. Para o autor, o PTB com Ivete seria “uma cópia pálida de seu antecessor”. Indo agora para autores brasileiros, citamos Daniel Aarão Reis (2014, p. 137), para quem “O campo do trabalhismo, graças à hábil manobra atribuída a Golbery, cindiu em duas siglas: [...] o PTB ficou sob o comando de Ivete Vargas”. Já para o marxista Emir Sader (1991, p. 35), “conforme o projeto do general Golbery, a sigla foi entregue a [...] Vargas com o objetivo de que fosse formado um partido funcional ao projeto governamental, dividindo a área trabalhista”. Por fim, citamos o também marxista Renato Lemos (2018, p. 413), que diz: “Como é notório, a iniciativa [de Brizola] seria frustrada por manobras do governo João Figueiredo, que conseguiu que Ivete [...] assegurasse juridicamente a propriedade da sigla”. Portanto, há um conjunto não desprezível de autores,

(1999), nesse período ainda havia uma forte pecha sobre o político gaúcho associando-o a um radicalismo incendiário, que inclusive era constantemente evocado por seus adversários para desmerecê-lo. De forma complementar, Bruno Fernandes (2020), ao discorrer sobre a disputa pela sigla, aponta que na época ainda havia sobre Brizola uma memória que o associava às lutas populares da década de 1960, fazendo com que alguns setores ligados à ditadura, civis e militares, vissem como perigosa a possibilidade de o gaúcho assumir a liderança de um forte PTB. Por isso, diz que “a decisão do TSE que tirou de Brizola o direito de se apropriar da sigla PTB foi fruto de uma articulação conservadora” (FERNANDES, 2020, p. 120-121), afirmação com a qual concordamos.

Em 1980 os brizolistas perderam o direito de utilizarem a sigla histórica. Fato. Contudo, mesmo com essa perda, Brizola continuava sendo reconhecido pela memória política nacional como o legítimo herdeiro do trabalhismo petebista dos anos 50 e 60, caracterizado pelas reformas de base e pelas alianças com diversos grupos de esquerda (SENTO-SÉ, 1999). Ainda, foi em torno dele que se aglutinaram as principais “personalidades e os núcleos realmente representativos do PTB” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 221), que se decidiram pela “escolha de uma nova sigla, sob a inspiração do legado histórico do trabalhismo e da mensagem contida na Carta-Testamento [de Getúlio Vargas] e nos princípios do Encontro de Lisboa” (COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA, 1980, p. 5), dando origem ao o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em 1980.

Curioso notarmos que atualmente o *site* do PDT considera que a fundação desta sigla ocorrera em junho de 1979, com o já citado Encontro de Lisboa, quando o movimento ainda se agrupava sob a nomenclatura PTB (PDT, s.d.). Não descartamos a importância simbólica de tal evento, nem o fato de que a sua “Carta de Lisboa” representou uma plataforma política para o grupo que, futuramente, fundaria o PDT. Contudo, em nossa interpretação, defendemos que só é possível falar em Partido Democrático Trabalhista a partir de 1980, ano não apenas de criação da nova sigla, como também de seu registro formal. Ou seja, é apenas a partir deste ano que passa a existir um PDT. Antes disso, havia um movimento político reunido em torno da liderança de Leonel

especialistas no período, que fazem afirmações indicando algum envolvimento do governo em toda essa disputa pela legenda, o que não podemos ignorar.

Brizola, que trabalhava no sentido de estruturar um novo PTB e sob esta sigla se inserir à política formal do Brasil. Como sabemos, por uma decisão da justiça, o grupo não pode usar a legenda histórica, tendo de adotar uma nova nomenclatura. No entanto, frisamos, cremos haver uma evidente continuidade de ideias e propostas entre aquelas presentes na “Carta de Lisboa” e nos documentos fundadores do PDT, como seu “Manifesto” e “Programa”, como visto em seção anterior. Desse modo, consideramos o “PTB de Lisboa” uma espécie de embrião do que viria a ser o PDT, sendo parte importante de sua história e, por isso, nada negligenciável em qualquer estudo que se proponha a analisar a origem do Partido Democrático Trabalhista.

Pois bem, com a fundação do PDT, o trabalhismo entrou em um processo de transformação, onde, gradualmente, tornar-se-ia brizolismo (GOMES, 2016). A esse respeito, é importante considerar que, tanto Brizola quanto a sigla PTB possuíam um grande capital político.⁴ Dessa maneira, se o líder trabalhista tivesse obtido a legenda histórica, teria um duplo capital a ser explorado politicamente: o seu e o do PTB. Porém, sem a legenda, o novo partido, PDT, passou a contar somente com o capital político de seu líder, ficando, ao longo do tempo, excessivamente dependente de sua figura e ação pessoal. Para Trajano Ribeiro, por exemplo,

O PTB era uma sigla avassaladora [...] vinha [...] com toda a carga histórica que possuía. Tinha um poder de fogo terrível. [...] Brizola com o PTB era uma coisa. Brizola com outro partido, era outra coisa. Brizola com o PTB era ele e o partido, que tinha seu peso específico. Agora, Brizola com outro partido tornava tudo diferente. Ele era mais importante que o partido (RIBEIRO, 1996 *apud* SENTO-SÉ, 1999, p. 97)

Nesse sentido, pode-se considerar que, apesar de não ter impedido o avanço político do novo partido, a perda da sigla PTB trouxe um impacto simbólico não desprezível sobre o trabalhismo, como considera Fernandes. Para ele, “sem a sigla histórica, o novo trabalhismo perdeu uma parcela de legitimidade, bem como o capital

⁴ Sento-Sé (1999, p. 65) aponta que em 1975 e 1978 foram realizadas pesquisas de opinião pelo Instituto Gallup. O objetivo era mapear a aceitação de novos partidos pelo eleitorado brasileiro. Dentre as opções apresentadas aos entrevistados, estão: trabalhismo, democracia cristã, liberalismo, socialismo, nacionalismo e conservadorismo. Em ambas as ocasiões o trabalhismo saiu na frente, com 31% das preferências em 1975, e 39% em 1978; demonstrando estar numa crescente. Considerando que o antigo PTB fora o grande partido a incorporar o trabalhismo, tais dados nos parecem indicar que a antiga sigla ainda encontrava prestígio entre os eleitores do país, ficando em sua memória.

eleitoral assegurado pelo PTB. A partir de então se observa uma hipertrofia do brizolismo no interior da construção do PDT.” E, com o passar do tempo, a legenda se tornaria “muito mais uma extensão do brizolismo do que do próprio trabalhismo getulista” (FERNANDES, 2020, p. 122). Conclusões semelhantes aos apontamentos feitos por Angela de Castro Gomes. Para ela, foi com o PDT que o trabalhismo “encarnou-se no brizolismo” (GOMES, 2016, p. 307), sendo esta uma de suas características no período iniciado no pós-anistia.

Foi, portanto, no início do citado processo de transformação em brizolismo, que o trabalhismo se (re)inseriu oficialmente à política institucional, através de um partido próprio, o Partido Democrático Trabalhista que, dotado de um ambicioso programa de reformas, representou para Gomes “uma nova tentativa de se realizarem as reformas de base” (GOMES, 2016, p. 307).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o PDT tem suas origens em 1977, quando Leonel Brizola toma a frente de um movimento visando fundar um novo PTB. Com esse objetivo, e estando ainda exilado, o político gaúcho estabeleceu uma série de contatos com políticos e partidos europeus ligados à Internacional Socialista, assim como com um grupo diverso de brasileiros, exilados ou não. Com estes contatos, promoveu-se um importante intercâmbio de ideias, que culminou em um projeto trabalhista renovado que, sem abrir mão de suas bandeiras históricas, incorporou novas pautas. Com este novo projeto político, em 1979, um novo PTB, brizolista, fora simbolicamente fundado em Lisboa. Porém, oficialmente, as coisas seriam diferentes. Um ano depois, em 1980, por meio de uma decisão do TSE, o grupo de Brizola perdera o direito de utilizar a sigla histórica – concedida ao grupo político de Ivete Vargas – e, em virtude disso, tivera de fundar uma nova legenda, que daria continuidade aos princípios indicados na “Carta de Lisboa”. Fundou-se, então, o Partido Democrático Trabalhista, registrado no Tribunal Superior Eleitoral em 1980.

Com o PDT, os trabalhistas ali reunidos puderam apresentar oficialmente um projeto alternativo de Brasil. Se colocando como os continuadores diretos de Getúlio

Vargas e do antigo PTB, e dotados de um programa com tons nacionalistas e anti-imperialistas, propuseram a realização de profundas reformas na sociedade brasileira, de modo a garantir, em linhas gerais, a plena realização das necessidades básicas do povo brasileiro, com ênfase especial aos segmentos marginalizados. Como que numa reedição das Reformas de Base, agora atualizadas aos novos tempos, tinham como objetivo a promoção de um desenvolvimento econômico independente que viesse acompanhado de um desenvolvimento social, que juntos libertariam o país da dependência externa e o povo da condição de miséria e abandono. Almejavam, assim, um país muito distinto daquele existente nos anos finais da ditadura.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição o Brasil (1964-1984)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. **“O Povo nas ruas”**: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-85.
- BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BRIZOLA, Leonel; BANDEIRA, Moniz. **Brizola Hoje**. In: BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed., 1979, p. 177-204.
- BRIZOLA, Leonel. **O discurso**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXIX, n. 153, 08 set. 1979a. Política e governo, p. 3.
- BRIZOLA, Leonel. **Visitas à redação**: Brizola. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 537, p. 4-9, 12 out./18 out. 1979b.
- COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA. **A nota dos “brizolistas”**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XC, n. 35, 13 maio 1980. Política e governo, p. 4.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. **A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo.** Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 121-145, jan./jun. 2012.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. **O PDT e o socialismo trabalhista: entre antigas e novas tradições.** Veredas da História, Salvador, v. 4, n. 1, 2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Bernardo B. B. Guimarães. **A “reinvenção” do trabalhismo: O projeto do PDT na redemocratização brasileira.** 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2020.

FLEISCHER, David. **O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1982).** In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 119-155.

GOMES, Angela de Castro. **Brizola e o trabalhismo.** In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-309.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil: 1964-1979.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985).** São Paulo: Xamã, 2004.

M.A.J. Golberi [sic] **articula o Partido Trabalhista.** Folha de S. Paulo, São Paulo, ano 57, n. 18.097, 20 out. 1978. Nacional, p. 5.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. **A fundação do Partido Democrático trabalhista (PDT) no exílio.** Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 13, p. 399-416, jul./set. 2016.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa.** [Documento publicado em 17 de junho de 1979] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Mendes.** [Documento publicado em janeiro de 1983] Disponível em: <http://www.pdtrs.org.br/rs/50-cartas/carta-de-mendes>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **História.** Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Manifesto**. [Documento publicado em 1980a] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/manifesto.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Programa**. [Documento publicado em 1980b]: Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/programa.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

RIBEIRO, Trajano. **Depoimento de Trajano Ribeiro ao autor**, em 25/8/96, *apud* SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 97.

RIBEIRO, Darcy. **Espaço Democrático**. Ano. 1, n. 16, 1 jun./7 jun. 1984, p. 11, *apud* FERNANDES, Bernardo B. B. Guimarães. A “reinvenção” do trabalhismo: O projeto do PDT na redemocratização brasileira. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2020, p. 69.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1991.

SENTO-SÉ, João Trajano. **As várias cores do socialismo moreno**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 49-76, jan./dez. 2004.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle e. **O charme discreto do socialismo moreno**. *Contribuciones*, Buenos Aires, ano II, n. 1 (5), p. 253-273. jan./mar. 1985.

TALARICO, José; FREIRE, Américo (coord.). **José Talarico**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.